

ARTIGO

COMUNIDADES DE COMUNICAÇÃO.
NAÇÃO E FRONTEIRAS DO (DES) ENCONTRO

Resumo

O texto origina-se de uma proposta de estudo comparado das comunidades de comunicação das fronteiras internacionais brasileiras. O artigo registra uma aproximação inicial sobre a realidade comunicacional e midiática do denominado Arco Norte do Brasil. Os elementos estruturantes da reflexão apontam as condições de fronteira e sua exposição no cenário da globalização, a presença das matrizes de cultura autóctones e a espaciotemporalidade própria da região Norte do Brasil. Reconhecendo alguns elementos históricos, oriundos de bibliografia documental, pesquisa acadêmica, entrevistas e trabalho de campo, encaminha-se uma reflexão acerca do desafio que as sociedades do Arco Norte enfrentam em sua atividade comunicacional. O texto aponta a dificuldade de atualização das comunidades de comunicação frente à midiaticização.

Palavras-chave:

Fronteira; midiaticização; comunicação.

Abstract

The text originates from a proposal of a comparative study of the communities of communication of Brazilian international borders. The Article records an initial approach about the communicational and mediatic reality of the so-called Northern Arch of Brazil. The structural elements of reflection point out border conditions and its exposure in the globalization scenario, the presence of autochthonous cultural matrices and the spatial temporality of Northern Brazil. Recognizing some historical elements, coming from documental bibliography, academic research, interviews and fieldwork, directs a reflection about the challenge that (the) societies from Northern Arch face in their communication activity. The text points out the difficulty of updating communication across communities facing the mediaticization .

Keywords:

Border; mediaticization; communication.

Introdução

A fronteira está igualmente na abertura e no fechamento. É na fronteira que tomam lugar a distinção e a ligação com o ambiente. Todas fronteiras, incluindo as membranas dos seres vivos e as fronteiras das nações são, ao mesmo tempo, barreiras, lugares de comunicação e intercâmbio. Elas são lugares de dissociação e associação, de separação e articulação.
Edgar Morin

O texto origina-se de uma proposta de estudo comparado das comunidades de comunicação presentes nas fronteiras internacionais brasileiras. Registra-se uma aproximação inicial sobre a realidade comunicacional e midiática do denominado Arco Norte do Brasil. Reconhecendo alguns elementos históricos, oriundos de bibliografia documental, pesquisa acadêmica, entrevistas e trabalho de campo, encaminha-se uma reflexão a cerca do desafio que as sociedades do Arco Norte enfrentam em sua atividade comunicacional em tempos de midiaticização.

As comunidades de comunicação apontam a precedência do que atualmente se denomina por “midiático”, ou seja, práticas comunicacionais compreendidas através, especialmente, de mediações tecnológicas. A expressão “comunidades de comunicação” alude a “comunidades imaginadas”, expressão cunhada por Benedict Anderson (2008) e que ganhou notoriedade. Elas apontam a necessidade de animar narrativas pertinentes ao nacionalismo e nossa adaptação para os fenômenos comunicacionais indica a importância que tais processos ganham na contemporaneidade.

Assim, o texto aponta a dificuldade de atualização das comunidades de comunicação por via midiática, ainda que se reconheça sua precedência por outras vias.

Estruturado em quatro partes, o texto atenta inicialmente para a midiaticização das sociedades de fronteira e sua visibilidade no cenário da globalização, bem como a exposição das matrizes de cultura e a espaciotemporalidade das sociedades do Arco Norte do Brasil. Por fim, registram-se breves considerações a cerca dos desafios que as sociedades enfrentam na consolidação de sua comunidade de comunicação em tempos de midiaticização.

Da perspectiva da comunicação, interessa refletir sobre como a globalização pode ser tomada em seu potencial destrutivo da diversidade cultural. Consoante à crítica frankfurtiana à cultura de massas e à indústria cultural, a globalização contém

ameaças à compreensão mútua entre as nações e ao diálogo entre culturas. Um contexto no qual a midiaticização concorre tanto quanto dispositivo regulador da atividade comunicacional, como um agente do neo-colonialismo.

A abordagem construída em termos de midiaticização relaciona-se à perspectiva de Stig Hjarvard (2012) quando aponta que essa abordagem surgiu como quadro teórico que orienta a reflexão sobre a mídia em suas relações com a sociedade e a cultura. O autor aponta que, ao integrar-se nas rotinas de instituições e da vida social, a mídia compromete-se com o amplo domínio das interações sociais. Entre nós, justifica-se a preocupação com as duas dimensões referidas por Antônio Fausto Neto (2008) quando enfatizou a passagem da “sociedade dos meios” para a “sociedade midiaticizada”, especialmente quando consideramos a riqueza brasileira, capaz de dar cabida aos dois estágios simultaneamente.

Ao invocar a noção de midiaticização permite-se tensionar o horizonte de expectativas presente na sociedade brasileira, especialmente quando se considera que as condições históricas que a presidem falam antes da midiaticização de discursos privados no espaço público. Mais que favorecer o direito à informação e a livre expressão do pensamento, a experiência brasileira aponta para o impacto da homogeneização do massivo frente aos reclamos das heterogeneidades.

A atividade comunicacional midiática enfrenta entraves estruturantes e que não devem ser entendidos apenas enquanto processos tecnológicos detidos no funcionamento de eletro-eletrônicos e, principalmente, na apropriação social e desenvolvimento de linguagens atinentes a eles:

Por midiaticização, entenda-se [...] o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia. A midiaticização não nos diz o que é a comunicação e, no entanto, ela é o objeto por excelência de um pensamento da comunicação social na contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma mutação sócio-cultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação (SODRÉ, 2007, p.17).

Por outro lado, é importante esclarecer que compreendemos “fronteira” longe da noção de tropo, uso figurativo de linguagem tão corrente em tempos de globalização. Trabalhamos a condição fronteira despida de metáforas e concreta em sua aceção de limites que se comunicam conforme a epígrafe de Morin.

Antecedentes da midiaticização da região Norte

A atenção à midiaticização e conseqüente visibilidade das sociedades de fronteira no cenário da globalização permite estudar o contato sistemático e assimétrico com

elementos provenientes de distintas procedências. O cenário globalizado requer considerar a importância das noções pré-formadas de comunidade de comunicação em que a midiaticização vem a incidir.

Ao problematizar as experiências de mídia na região Norte do Brasil, faz-se importante considerar os esforços de criação de veículos próprios. O primeiro jornal na região foi editado no então Estado do Grão Pará, fundado em 1º de abril de 1822 por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente; a edição inaugural foi publicada 22 de maio de 1822. Desde então dezenas de veículos apareceram e desapareceram. Em levantamento de fontes primárias realizado por Ferreira (2005), é possível estimar que em 2005 existam cerca de meia centena de diários, semanários, quinzenários e revistas mensais na Amazônia Legal. Sua avaliação crítica da linha editorial aponta o enfoque metropolitano dos conteúdos:

A maioria dos jornais não valoriza as pautas estruturais, com ênfase na economia, nas finanças públicas. E o material publicado ainda se restringe aos centros urbanos. Poucos retratam o interior da Amazônia. Polícia, esporte, vida urbana e fragmentos da política partidária ainda são os assuntos mais pautados. As colunas sociais têm grande espaço nesses periódicos (FERREIRA, 2005, p. 10).

Um outro levantamento realizado por Almeida (2003) aponta que na virada do século XX, a localização das empresas de mídia predomina nas capitais dos Estados nordestinos estudados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima – no estudo não figura o Tocantins), onde se concentram em torno de 20 jornais impressos, 20 emissoras de Rádio (AM/FM) e 30 emissoras de televisão de sinal aberto (VHF/UHF).

Mesmo sendo a mídia mais antiga na região, o jornal impresso ainda é o menos estável, visto que poucos periódicos se mantêm em circulação por um tempo mais longo. Quase a metade dos jornais e revistas da atualidade surgiu a partir da década de 90. A instabilidade é agravada pela baixa e limitada circulação. Diariamente circulam nos Estados referidos, principalmente nas capitais do Amazonas e do Pará, quase 150 mil exemplares, com crescimento de 20% no final de semana (ALMEIDA, 2003).

No contexto de amplitude territorial, desponta a importância das emissoras de rádio, a mídia mais abrangente na região Amazônica, dado que os impressos e a televisão permanecem limitados e de baixa penetração.

Ainda conforme levantamento de Almeida (2003), Manaus passou a ouvir a Voz de Manaus em 1927, a primeira experiência radiofônica na região. A mais antiga emissora ainda em operação, desde agosto de 1944, é a Rádio Difusora AM, de Rio Branco. Mais de 80% das emissoras da região entraram em operação na década de

1980 e começo de 1990, justamente no período em que ocorreu o maior número de concessões de canais de rádio e TV no Brasil. Os critérios para tais concessões, mais políticos do que técnicos, beneficiaram vários parlamentares e pessoas ligadas a políticos da região, que até hoje se mantêm no poder com o apoio do próprio sistema de mídia. Entretanto, apenas a programação de algumas emissoras AM chega a todos os municípios. Graças à facilidade tecnológica que permite sua penetração, o rádio é o segundo veículo de maior alcance na Amazônia brasileira e tem assumido o papel de destaque na vida do caboclo amazônida, tendo desenvolvido capilaridade e função social ao contemplar aspectos do direito à informação.

Nas comunidades mais distantes dos centros urbanos, principalmente as que não dispõem de luz elétrica, o rádio é companheiro inseparável no dia-a-dia. A capacidade de longo alcance permite às emissoras AM chegar a centenas de pequenas comunidades espalhadas por toda a Amazônia Brasileira. As emissoras FM em sua maioria absoluta estão concentradas nas capitais; devido ao alcance restrito e baixa potência, conseguem no máximo atender o perímetro urbano.

A televisão chegou à região três anos depois de ter sido instalada a primeira emissora no Brasil. Os Diários Associados implantaram a primeira emissora da região na cidade de Belém (Pará), em setembro de 1953, sendo ainda hoje a mais antiga emissora de TV em atividade no país; ela retransmite atualmente a Rede Record. Em Manaus, a novidade da tecnológica foi instalada em 1965, a TV a cabo Manauara. No início da década de 70 foi a vez dos demais Estados da região criarem suas emissoras. Somente a partir de meados da década de 1980 a região experimentou um aumento acelerado no número de novos canais (ALMEIDA, 2003).

Faz-se impraticável discutir televisão na região Norte sem destacar a presença da Rede Amazônica de Televisão, um conglomerado edificado nos últimos 50 anos, controlador da maior cadeia de televisão da Amazônia Brasileira e que reina quase absoluto em cinco Estados, uma vez que apresenta altos índices de audiência nas três faixas de horário. Controladora de emissoras geradoras da Rede Globo, a Rede Amazônica controla também algumas emissoras de rádio e empresas de publicidade. Seus interesses diversificam-se em outras atividades econômicas como a produção de painéis solares e produtos de limpeza.

Juntas, as cinco emissoras são as únicas que chegam a 130 dos 166 municípios dos cinco Estados, através de geradoras localizadas nas capitais (Manaus, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Macapá), 10 minigeradoras e 115 transmissoras. Esta estrutura permite à rede estar presente num raio superior a dois milhões de Km², o equivalente a 27,5% do território brasileiro e 12.342.627 habitantes (IBGE, 2014).

Segundo Taveira (2000), a sociedade que deu origem à Rede Amazônica teve início em setembro de 1968, com os jornalistas Phelippe Doau e Milton Magalhães Cordeiros e o propagandista Joaquim Margarido, fundadores de uma agência de propaganda em Manaus. Na época, a Amazônia experimentava mais um surto de desenvolvimento, patrocinado pelo regime militar. De carona, os três sócios vislumbraram a oportunidade de ter um canal de TV na região, onde já atuavam. De acordo com a autora, a oportunidade surgiu em julho 1969, quando o Ministério das Comunicações abriu edital de concorrência de canal de televisão para Manaus, que até então tinha apenas uma emissora, a TV Ajuricaba.

O Ministério das Comunicações concedeu dois anos de prazo para a emissora entrar em operação. A TV Amazonas passou quase 20 meses sendo construída e equipada; em 1º de fevereiro de 1972, após um mês de testes experimentais, para ajustes dos equipamentos, a TV Amazonas entrou oficialmente em operação.

Devido ao isolamento físico da região e à falta de equipamentos de geração e captação, a programação da TV Amazonas era composta de forma irregular e precária com os denominados enlatados, programas como filmes e desenhos de produção estrangeira, comprados da TVE do Rio de Janeiro e da TV Tupi de São Paulo e até diretamente dos estúdios produtores. A emissora também apresenta, desde a sua inauguração, dois telejornais locais exibidos ao meio-dia e no início da noite. A programação mesclada perdura até 1973, quando a TV Amazonas foi convidada a retransmitir a programação da recém-inaugurada TV Bandeirantes, de São Paulo.

A TV Amazonas, em 1974, trocava sua denominação, passando a chamar-se Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Conforme Almeida (1998, p. 22), “no início de setembro daquele ano já era possível ver os primeiros resultados desta ousadia. Num prazo recorde de quatro meses a TV se expande. Novos canais vão sendo implantados e a rede alcança, na ordem, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá”. Em menos de sete anos, a tímida agência de publicidade passa a dominar as emissoras de TV da região, acumulando cinco emissoras de televisão: a TV Amazonas, em 1972; a TV Rondônia, em 1974; a TV Acre, em 1974 e a TV Roraima, também em 1974 e, por fim, a TV Amapá, em 1975.

A Rede Amazônica continuou comprando programação em grandes pacotes e, em 1983, com a consolidação da presença da Embratel na região Norte, a rede conquistou o monopólio do sinal da TV Globo em quatro Estados: Amapá, Acre, Rondônia e Roraima. Almeida (1998, p. 22) levantaria que, em 1986, “com as dificuldades enfrentadas pela TV Ajuricaba, canal 8, a concessão da TV Globo em Manaus foi entregue à TV Amazonas, canal 5”. A partir de então consolidou-

se o monopólio do sinal e explicitava-se o poder da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Para facilitar o tráfego de sinal simultâneo entre os diferentes Estados, a Rede Amazônica passou a utilizar no Brasilsat um transponder denominado de RAM-Sat. Em Manaus, a TV Amazonas capta o sinal da TV Globo e, através do RAM-Sat, reenvia para as outras emissoras. Ela inclui nos espaços cedidos pela cabeça de rede (Globo) os programas e comerciais de veiculação regional, deixando em aberto os espaços a serem ocupados pelos programas e comerciais locais de interesse de cada Estado.

A Rede Amazônica domina a cena no campo da mídia regional, tanto em penetração quanto em popularidade, considerando que controlar uma concessionária da Rede Globo é sempre um bom negócio, já que o poder de barganha e de negociação é infinitamente superior. Diariamente, o sinal das emissoras Globo chega a 130 dos 166 municípios dos Estados federados da região Norte. Nenhuma outra rede ou veículo de comunicação da região se aproxima de um poder irradiador semelhante.

Em 2006, aproveitando-se de todo o potencial instalado, a Rede Globo de Televisão instaura o seu serviço de conteúdos mais articulado, o portal eletrônico G1. A estrutura foi, progressivamente, instalando-se em toda a rede de emissoras afiliadas na região Norte, ademais de outras regiões brasileiras. É também com ele que o noticiário regional do Norte ganha corpo em termos de conteúdo propriamente regionalizado, aproximando-se da perspectiva localizada, algo que representa uma grande vantagem em termos de legitimação de suas fontes e agendamento de seus acontecimentos. A atividade do G1 destina-se a articular a estrutura noticiosa a partir da nucleação da rede de TV do conglomerado Globo, funcionando como uma agência de notícias no sentido consagrado que outrora desfrutava a mídia impressa, de desenvolvimento marcadamente inviável na região.

A midiatização na faixa de fronteira do Arco Norte

Após abordar aspectos da estrutura regionalizada de mídia, atenta-se para a condição fronteiriça do Arco Norte do Brasil.

O estudo da exposição das matrizes de cultura autóctones, praticando diferentes idiomas e considerando-se a espaciotemporalidade própria do Arco Norte, solicita atentar para a riqueza de suas idiosincrasias. Esse aspecto, ademais, requer considerar o exercício de diferentes fusos horários, com impacto na recepção e apropriação da atividade audiovisual televisiva e, agora, das mídias sociais.

A faixa de fronteira na Amazônia, com exceção do litígio entre Venezuela e Guiana pelo território de Essequibo ou *Guiana Esequiba* – uma área com 159,5 Km² administrada pelos guianenses e reivindicada pelos venezuelanos, desde 1966 –, estão definidas desde o início do século XX.

A faixa fronteira do denominado Arco Norte possui limites que se estendem por quatro Estados sul-americanos: República Cooperativa da Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, ademais de duas colônias europeias: Suriname (da Holanda) e Guiana (da França). Começando na fronteira franco-brasileira, na foz do rio Oiapoque (Amapá), atenta-se que ela se estende até o vale do Alto Juruá (Acre), na fronteira do Brasil com o Peru. A faixa de fronteira perpassa assim cinco Estados da região Norte, à exceção do Tocantins. (MIN, s.d.).

Na fronteira entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana (ex-colônia britânica), um segmento estabelecido com o Estado do Pará conta com predominante presença indígena. Um segundo segmento no Estado de Roraima conta com fronteira fluvial de margens unidas por uma ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira com a Guiana. Na margem brasileira há colonização europeia antiga, ademais de migrações de nordestinos e sulistas convivendo com populações indígenas. Na Guiana, o mosaico está composto por africanos e indianos que convivem com o afluxo recente de chineses. Trata-se de uma região capilar que abriga as cidades gêmeas de Bonfim (Roraima), do lado brasileiro, com quase 11 mil habitantes (IBGE, 2014) e de Lethem, do lado guianense, com aproximadamente três mil habitantes. Tais características contam com explorações midiáticas que apontam para o exotismo da região, enfatizando um olhar exterior para seus problemas, como o fez a National Geographic Brasil (<http://viajaqui.abril.com.br...>).

Na fronteira com a Guiana, a presença da mídia é restrita a uma emissora de rádio e outra de televisão do lado brasileiro. Até 2012 circulou na região as edições impressas do Jornal da Fronteira, com reportagens em inglês, português e espanhol. Entretanto, após o falecimento do repórter e editor-chefe Jorge Afonso Ramos, o semanário saíria de circulação. Conhecido pela alcunha de Jorjão da Fronteira, o editor foi colhido em sua bicicleta, considerado vítima de atropelamento, falecendo depois de prolongado período em hospital de Boa Vista (Cf. <http://www.fronteiranews.blogspot.com.br/>).

No primeiro segmento da fronteira seca entre Brasil e Venezuela estão situadas as cidades gêmeas de Pacaraima (Roraima), com mais de 10 mil habitantes, e Santa Elena de Uairén (província venezuelana de Bolívar), com mais de 30 mil habitantes. Trata-se de uma zona-tampão, região estratégica em que o Estado restringe ou

interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira (parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva – terras indígenas). As redes de comunicação estão em território da Venezuela, com a presença de uma emissora de rádio com programação bilíngue. Uma característica que permeia todo esse segmento que começa no planalto das Guianas e segue até a densa floresta amazônica é a presença uniforme e estável dos indígenas, com destaque para reservas Raposa/Serra do Sol, São Marcos e dos Ianomamis, do lado brasileiro. Também é intensa e a presença não-indígena de contingente militar brasileiro. Faz-se igualmente predominante a presença de indígenas no segundo segmento de fronteira da Venezuela com o Estado brasileiro do Amazonas.¹

A 1ª. Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocorrida em dezembro de 2009 em Brasília, mobilizou a realização de conferências municipais e estaduais. A 1ª. Conferência Estadual de Comunicação de Roraima foi convocada pelo Poder Legislativo Estadual sob o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Ela contou com expressiva participação de profissionais e professores de jornalismo e mídia. Estruturada em três eixos, dispôs-se a debater a produção de conteúdo (constante de 25 propostas), os meios de distribuição (16 propostas) e o tema de cidadania: direitos e deveres (28 propostas).

Uma das mesas de debate abordou especificamente “A ausência de mídia na Região de Fronteira”, registrando a situação do município fronteiriço de Pacaraima, onde não existe nenhum veículo de comunicação brasileiro. A situação daquele município proporcionou a veiculação de um documento de sua conferência municipal, constante de 12 pontos, dentre os quais se registram a reclamação por políticas públicas destinadas a democratizar os meios de comunicação e a promoção do direito à informação. Também constaram do documento a proposta de radiodifusão comunitária e telefonia pública, especialmente em áreas indígenas, a não cobrança de taxa de telefonia em discagem direta internacional (DDI) em áreas fronteiriças, o livre trânsito de profissionais de comunicação, a veiculação de conteúdos educativos em canal aberto em horário acessível à população (<http://confecomrr.blogspot.com.br/2009/11...>).

Traçado esse breve panorama, avançamos, a seguir, numa avaliação de alguns aspectos da comunidade de comunicação específica da região Norte.

¹ Uma viagem de campo dos autores em maio de 2014 permitiu confrontar algumas das informações aqui referidas.

Midiatização e comunidades de comunicação

A dependência de iniciativas privadas revela aspectos marcantes da midiatização de práticas comunicacionais na região. No entanto, para estudar as comunidades de comunicação faz-se necessário distinguir práticas de comunicação de proximidade ou de comunicação comunitária da ação das indústrias culturais. Enquanto as primeiras expressam valores locais, as indústrias culturais dependem de agentes estruturados com base em amplas audiências conformadas em valores de vocação universalizante, de regulação vigente ao nível da nacionalidade e cujo mercado de expansão está orientado pelo horizonte da globalização. Existe um contraponto, do ponto de vista da produção e consumo de conteúdos, entre a realidade da região Norte frente à cultura midiática própria das produções metropolitanas, o que corresponde a distinguir os espaços tópicos dos espaços heterotópicos (SILVEIRA, GUIMARÃES, 2014).

É neste particular aspecto que os reclamos pela democratização e controle social da mídia coincidem, no Brasil, com a aprovação das leis de meios como, por exemplo, no Uruguai e na Argentina. Embora os reclamos pela capilaridade da comunicação permitam emergir distintas vozes, foi o enfoque jurídico que se impôs.

O reconhecimento de línguas, dialetos e expressões regionais ainda é novidade no Brasil que possui um único idioma oficial, embora seja preceito constitucional a regionalização da produção de conteúdos. Assim, a necessidade de avanço é diretamente proporcional à estigmatização da alteridade. Um exemplo consiste em recordar que a legislação somente seria flexibilizada no primeiro governo eleito democraticamente na Nova República. O Governo Collor modificou em agosto de 1990 o Decreto No.52.795, de 1963, permitindo que as emissoras de rádio e televisão transmitam programas em outros idiomas, o que favoreceu a expansão tecnológica do mercado de TV a cabo.

Conforme apontam os Anais da 1ª. Confecom de Roraima, as práticas comunicacionais desvinculadas do marco do Estado-nação configuram-se num passo importante para as comunidades fronteiriças. Há necessidade de superar a ideologia da cultura brasileira que credita valor apenas às manifestações identitárias que expressem valores vinculados à exportação de conteúdos (fonografia, teledramaturgia, agendamento de *hard news*) que conhecem um profundo esgotamento em amplas regiões brasileiras, especialmente as fronteiriças.

A análise desses poucos elementos empíricos aponta para aqueles aspectos distinguidos por Martinez (2013), quando abordou a questão da democracia, bilateralidade e desenvolvimento fronteiriço:

[...] em escala nacional e em alguns casos para os âmbitos fronteiriços mostraram seus efeitos positivos sobretudo em setores como o viário e abriu os caminhos para os acordos de fornecimento de energia elétrica em localidades fronteiriças do Brasil. Os esforços bilaterais se concentraram no eixo fronteiro Santa Elena de Uairén-Vila Pacaraima-Boa Vista e Manaus, estes últimos serão os beneficiários diretos destas negociações, explicável ademais pelas crescentes dinâmicas sócio-espaciais (MARTINEZ, 2013, p. 129)².

A utilização da energia elétrica na implementação de um sistema de comunicação constitui-se em elemento primordial na expansão da sociedade industrial. A colaboração entre Venezuela e Brasil mostra, no caso da energia elétrica, a importância fundamental das relações internacionais para a consolidação da atividade midiática que, embora seja um elemento ainda pouco atentado nos estudos que envolvem as relações internacionais, para os estudiosos de comunicação e mídia apresentam-se como centrais na estruturação das comunidades de comunicação na atualidade.

Considerações finais

Fazem-se flagrantes os avanços das mídias sociais franqueadas pela apropriação social da digitalização de conteúdos. Questionando o modelo favorecedor dos oligopólios de mídia e promoção do desenvolvimento econômico que, em paralelo ao subdesenvolvimento democrático, consagra-se como responsável histórico de nosso *apartheid* social. Paradoxalmente, o cansaço das velhas fórmulas informativas converteu os brasileiros em “campeões de redes sociais” (CHAO, 2013).

O contexto histórico de estruturação das emissoras de mídia na região Norte sinteticamente exposto no texto encaminha, por fim, ao reconhecimento da institucionalização da atividade midiática. Trata-se de um conjunto de aspectos que reclama nossa atenção para estudo e, especialmente, registro da importância de políticas públicas que atendam as especificidades requeridas pela comunidade de comunicação existente no Norte brasileiro.

A interdependência de infraestrutura e os laços culturais evidenciam o potencial que a comunidade de comunicação transnacional conhece. No entanto, o interesse das estruturas de mídia expressos especialmente nos oligopólios ameaçam o incremento dessas relações ao buscar articulações com o contexto midiático brasileiro. Uma

2 No original:” [...] a escala nacional y en algunos casos para los ámbitos fronterizos mostraron sus efectos positivos sobre todo en sectores como la vialidad y abrió los caminos para los acuerdos de suministro de energía eléctrica en localidades fronterizas de Brasil. Los esfuerzos bilaterales se concentraron en el eje fronterizo Santa Elena de Uairén-Villa Pacaraima-Boa Vista y Manaus, estos últimos serán los beneficiarios directos de estas negociaciones, explicable además por las crecientes dinámicas socio-espaciales ” (MARTINEZ, 2013, p. 129).

contradição que expõe a população local que se vê presa tanto de fluxos globalizantes quanto de grandes grupos de mídia nacionais.

Referências

A CRÍTICA. Manaus-AM, 1 set 1972.

ALMEIDA, E. S. **A integração regional através da Rede Amazônica de Televisão**. Roraima: Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Roraima, 1998.

ALMEIDA, E. S. **Imagens da selva: Televisão e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. São Paulo: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2003.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

BAZE, A. (Org.). **História Rede Amazônica**. Manaus: Valer / Instituto Cultural Fundação Rede Amazônica, 2002.

CHAO, L. **Brasileiros reinam nas redes sociais**. Valor Econômico, 17 (733). Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed733_> Acesso em 8 março 2013.

FERREIRA, P. R. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. 3º. Encontro da Rede Alcar. Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2005. Anais .do evento Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1?b_startint=100 Acesso em 2jan 2015.

FAUSTO NETO, A. **Fragmentos de uma analítica da midiaticização**. São Paulo: Matrizes, Ano 1, No. 2, abril, 2008. p. 53-91.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. SRI/PR. **Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração na Faixa de Fronteira**. Brasília, SRI/PR, 2010.

HJAVARD, S. **Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultura**. São Paulo: Matrizes, Ano 5, No. 2, jan./jun. 2012 (p. 53-91).

IBGE. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>> Acesso em 15 jan 2015.

MACHADO, L. O. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MARTINEZ, L. V. Venezuela y Brasil: cronologias fronteiras. In: PORTO, J,;

MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF**. Brasília: MIN, s.d. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364> Acesso em: 08 ago 2014.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Bonfim e Lethem: povo sem fronteiras**. 29 set 2012. Disponível em: <http://viajeaquibrasil.com.br/materias/bonfim-lethem-povo-sem-fronteiras>> Acesso em 15 jan 2015.

NASCIMENTO, D. M. (Orgs.) **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.p. 11-142.

SILVEIRA, A. C. M.; GUIMARAES, I. P. **O nome do outro. Heterotopias e interações fronteiriças.** V Colóquio Brasil-Estados Unidos. Anais do XXVII Congresso da Intercom. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em:<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1719-1.pdf>> Acesso em 20 out 2014.

SODRÉ, M. **Sobre a episteme comunicacional.** MATRIZES, nº 1, outubro 2007, (p. 15-26).

TAVEIRA, E. D. **Rede Amazônica de Rádio e Televisão e seu processo de regionalização (1968 - 1998).** São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2000.